

## ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

## Edital 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	180172-ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO	RENATO FERREIRA DOS SANTOS	25/02/2026 17:38 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057004923192025-42

## 1. ARP Uniforme especial F3

PREGÃO  
ELETRÔNICO  
90009/2026

CONTRATANTE (UASG)  
(180172)

OBJETO  
Registro de preços para contratações futuras de uniformes modelo F-3

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO  
R\$ SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA  
Dia 17/03/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:  
Menor preço por grupo]

MODO DE DISPUTA:  
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS  
NÃO

## Sumário

- 1. DO OBJETO 3
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6

5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
11.	DOS RECURSOS	21
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026.  
(Processo Administrativo nº057.00492319/2025-42)

Torna-se público que o(a) Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”, por meio do(a) Seção de Finanças – UASG 180172, sediado(a) Rua Jorge Miranda, 238 – Bom Retiro, São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a formação de Registro de Preços para aquisição de fardamento especial modelo F-3 do R-5-PM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único, formado por três itens, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado do lote objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado,

por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar a documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser conforme a tabela abaixo deste lote.

LANCES DO GRUPO DE UNIFORME ESPECIAL		
ITEM	LANCE	
1	R\$	23,16
2	R\$	23,16
3	R\$	10,68

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. Neste certame para registro de preços, tratando-se de licitação lote composto por itens:
- 6.20.1.1. a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade contratante.
- 6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicafe;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta..
- 7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.13.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.13.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.14. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.14.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior..

8.15. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do

fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito que seja exigida na documentação que integra este Edital, quando houver, e a habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-mail funcional da seção de finanças:

rpmonuge@policiamilitar.sp.gov.br.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



- 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
- 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação da ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
- (1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação da ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:
- 12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.
- 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email funcional da seção de finanças: [rpmonuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:rpmonuge@policiamilitar.sp.gov.br).
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no portal de compras do governo federal [compras.gov.br](http://compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.
- 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);.
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual..
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e também no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 14.15.3. ANEXO III Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declarações;
- 14.15.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços .

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALISSON BORDWELL DA SILVA**

Major PM Dirigente - Autoridade Competente



*Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 17:38:54.*

ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	180172-ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO	ANITA BRAGA SALVIONE LENGENFELDER	12/02/2026 19:09 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057004923192025-42

1. SRP - Aquisição de uniformes especiais

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA “9 DE JULHO”  
UASG 180.172

(Processo Administrativo nº 057.00492319/2025-42)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Formação de ata de registro de preços para aquisição futura de fardamento especial tipo F-3 (lanceiro) do R-5-PM, para o RPMon "9 de Julho", nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISCO	CADMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Túnica Azul F-3, tamanho entre 38 e 56	5464374	446501	1-unidade	75	SIGILOSO	SIGILOSO
	2	Túnica Branca F-3, tamanho entre 38 e 56	6228755	618366	1-unidade	75	SIGILOSO	SIGILOSO
	3	Culote Encarnado, F-3, tamanho entre 38 e 56	5900549	622831	1-unidade	150	SIGILOSO	SIGILOSO



confeção (no tórax) e na barra deverá ter uma sobra que permita encompridar-se 0,02 m;

3.3.1.2. Dianteiro: a abertura da frente será composta de duas abas, sendo que a aba direita terá o mesmo corte dos paletós; a aba esquerda terá medida suficiente para formar um transpasse sobre a aba direita até a distância de 2 cm da costura da manga; a aba esquerda será presa a aba direita através de velcron na mesma cor do tecido porém; sobre a aba esquerda deverá ser aplicado um peitilho do mesmo tecido porém encarnado, conforme desenho anexo;

3.3.1.3. Gola: em pé, de pano azul ferrete, avivado de encarnado, pontas direta, com cerca de 0,05 m de altura e fechada por colchetes, tendo cada uma das extremidades um retângulo de pano encarnado com o canto superior interno arredondado, de mesma altura e 0,075 m de comprimento, orlado de lantejoulas douradas, sobre o qual será bordado, a fio de ouro, o distintivo da Cavalaria com 0,032 m de largura por 0,015 m de altura;



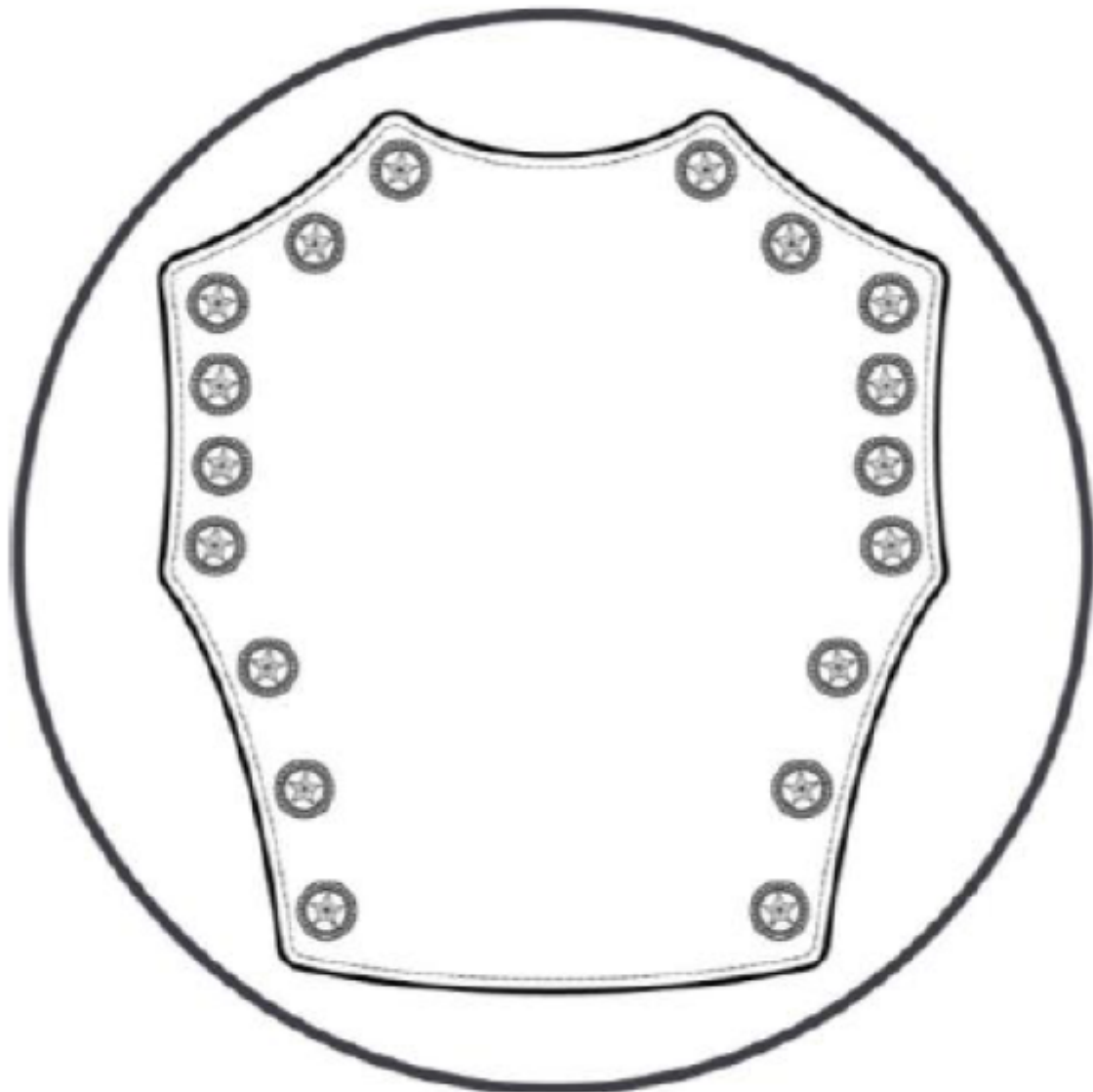
3.3.1.4. Traseiro: terá uma abertura traseira com pestanas, da cintura para baixo; as pestanas traseiras, do mesmo pano e avivadas de encarnado, terão cerca de 0,265 m de altura, com dois recortes medindo 0,05 m de largura nas saliências e 0,03 m nos centros das curvas; cada uma será guarnecida de três botões grandes dourados achatados, com estrelas, dispostos em distâncias iguais, sendo os dois superiores presos de modo a apoiar o talim na posição horizontal; ainda na linha da cintura, sobre as costuras laterais, colocar-se-ão dois ganchos de metal oxidado, destinados a sustentar o talim;

3.3.1.5. Mangas: terão um canhão de 0,07 m de altura, avivado de encarnado, preso por uma carcela da mesma cor, avivadas, de 0,14 m de altura com 0,045 m nas saliências dos recortes e 0,03 m no centro das curvas guarnecida de três botões pequenos dourados achatados; o vivo do canhão corresponderá exatamente ao centro da carcela;

3.3.1.6. Sobre os ombros, perto da gola, colocar-se-ão presilhas de pano azul ferrete e perto das costuras das mangas, passadeiras do mesmo pano, avivadas de encarnado com 0,012 m de largura e 0,07 m de comprimento, guarnecidas de galão dourado, tudo destinado a prender a dragona;

3.3.1.7. Peitilho: do mesmo tecido, porém, encarnado, acompanhado no seu feitiço a curva da gola e as linhas inclinadas dos ombros, descendo em ligeira curva até a altura do terceiro botão, estreitando-se para baixo em retas até abaixo do cinto, partindo da ponta da curva da gola terá costurado três botões simetricamente equidistantes daí para baixo haverá uma ordem de seis botões grandes dourados achatados equidistantes; o peitilho será costurado na aba esquerda da sobrecasaca, partindo sua parte superior na altura do tecido encarnado da gola;

3.3.1.8. confeccionado no mesmo tecido da túnica, na cor vermelha, com formato que acompanha a curva da gola e as linhas do ombro, curva até o terceiro botão, estreitando-se em linha reta até sua base, liso, com botões dourados de 22 mm de diâmetro em toda borda;



## Peitilho do RPMon - 9 de Julho

### 3.3.2. Sobrecasaca lanceiro branca:

3.3.2.1. Talhe: comprimento até a altura do quadris proporcional ao tamanho do manequim, tendo sobra de 0,06 m, em relação ao quadro de confecção (no tórax) e na barra deverá ter uma sobra que permita encompridar-se 0,02 m;

3.3.2.2. Dianteiro: a abertura da frente será composta de duas abas, sendo que a aba direita terá o mesmo corte dos paletós; a aba esquerda terá medida suficiente para formar um transpasse sobre a aba direita até a distância de 2 cm da costura da manga; a aba esquerda será presa a aba direita através de velcron na mesma cor do tecido porém; sobre a aba esquerda deverá ser aplicado um peitilho do mesmo tecido porém encarnado, conforme desenho anexo;

3.3.2.3. Gola: corte fechado até a gola; gola alta com fechamento com colchetes na cor branca, em pé, de pano branco, avivado de encarnado, pontas direta, com cerca de 0,05 m de altura e fechada por colchetes, tendo cada uma das extremidades um retângulo de pano encarnado com o canto superior interno arredondado, de mesma altura e 0,075 m de comprimento, orlado de lantejoulas douradas, sobre o qual será bordado, a fio de ouro, o distintivo da Cavalaria com 0,032 m de largura por 0,015 m de altura;





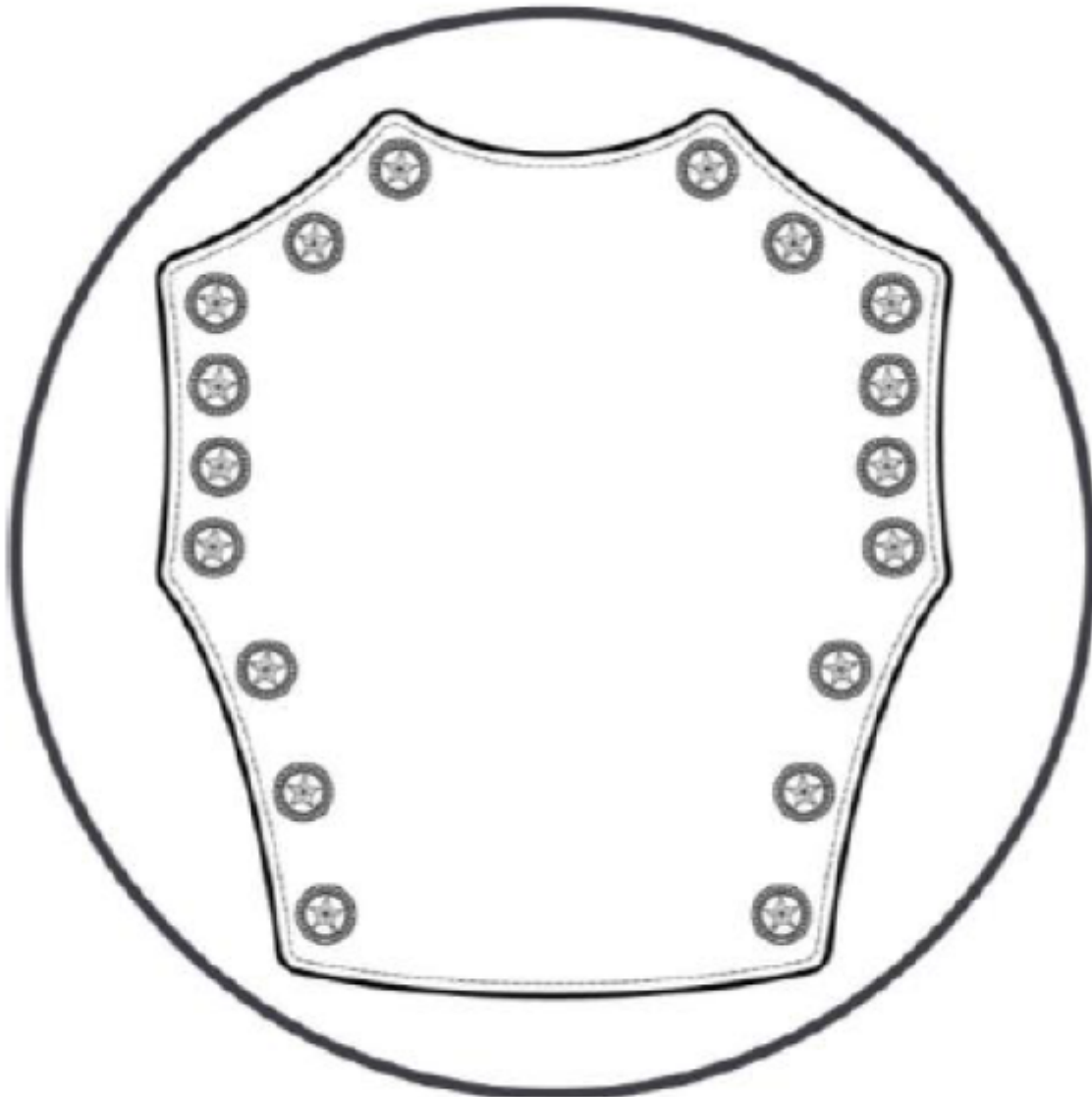
3.3.2.4. Traseiro: terá uma abertura traseira com pestanas, da cintura para baixo; as pestanas traseiras, do mesmo pano e avivadas de encarnado, terão cerca de 0,265 m de altura, com dois recortes medindo 0,05 m de largura nas saliências e 0,03 m nos centros das curvas; cada uma será guarnecida de três botões grandes dourados achatados, com estrelas, dispostos em distâncias iguais, sendo os dois superiores presos de modo a apoiar o talim na posição horizontal; ainda na linha da cintura, sobre as costuras laterais, colocar-se-ão dois ganchos de metal oxidado, destinados a sustentar o talim;

3.3.2.5. Mangas: terão um canhão de 0,07 m de altura, avivado de encarnado, preso por uma carcela da mesma cor, avivadas, de 0,14 m de altura com 0,045 m nas saliências dos recortes e 0,03 m no centro das curvas guarnecida de três botões pequenos dourados achatados; o vivo do canhão corresponderá exatamente ao centro da carcela;

3.3.2.6. Sobre os ombros, perto da gola, colocar-se-ão presilhas de pano branco e perto das costuras das mangas, passadeiras do mesmo pano, avivadas de encarnado com 0,012 m de largura e 0,07 m de comprimento, guarnecidas de galão dourado, tudo destinado a prender a dragona;

3.3.2.7. Peitilho: do mesmo tecido, porém, encarnado, acompanhado no seu feitio a curva da gola e as linhas inclinadas dos ombros, descendo em ligeira curva até a altura do terceiro botão, estreitando-se para baixo em retas até abaixo do cinto, partindo da ponta da curva da gola terá costurado três botões simetricamente equidistantes daí para baixo haverá uma ordem de seis botões grandes dourados achatados equidistantes; o peitilho será costurado na aba esquerda da sobrecasaca, partindo sua parte superior na altura do tecido encarnado da gola.

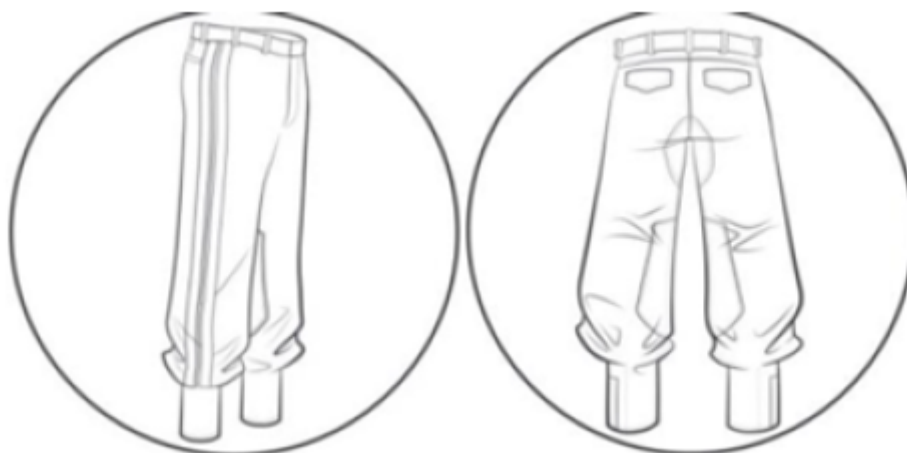
3.3.2.7.1. confeccionado no mesmo tecido da túnica, na cor vermelha, com formato que acompanha a curva da gola e as linhas do ombro, curva até o terceiro botão, estreitando-se em linha reta até sua base, liso, com botões dourados de 22 mm de diâmetro em toda borda:



## Peitilho do RPMon - 9 de Julho

### 3.3.3. Culote vermelho duas faixas azul (masculino)

3.3.3.1. De tecida panamá 100% poliéster, vermelho, tipo francês, com reforço, no joelho, internamente e no assento, do próprio tecido, reforços do mesmo tecido. É permitido o uso em tecido, da mesma cor.



Culote encarnado

3.3.3.2. corte tipo semi-bag, confeccionado em tecido social para montaria na cor vermelha;

3.3.3.3. cóis entretelado, com passadores externos para cinto, no mesmo tecido da calça;

3.3.3.4. fechamento por colchete metálico e zíper, na cor do tecido;

- 3.3.3.5. quatro bolsos;
  - 3.3.3.6. os bolsos poderão ter abertura falsa;
  - 3.3.3.7. sem bainhas;
  - 3.3.3.8. reforço no traseiro e nas entrepernas;
  - 3.3.3.9. laterais contendo:
  - 3.3.3.9.1. para Praça, uma faixa lateral azul-ferrete acima da costura;
- 3.3.4. As peças devem seguir as seguintes especificações:

1.	Ensaio físico (mínimos admitidos)	
1.1	Armadura	Gorgurão (Panamá)
1.2	Espessura	0,62mm
1.3	Largura mínima	1500mm
1.4	Peso por m²	250,52g
1.5	Fios no urdume por cm	26 duplos com torção
1.6	Fios na trama por cm	26 (acabado)
1.7	Pilling	5
1.8	Título do fio (urdume)	15 Ne
1.9	Título do fio (trama)	15 Ne
2.	Ensaio mecânico (mínimos admitidos)	
2.1	Resistência à tração no urdume (mínima)	160kg/f
2.2	Resistência à tração na trama (mínima)	170kg/f
2.3	Alongamento do urdume (mínimo)	46mm
2.4	Alongamento da trama (mínimo)	31mm
3.	Ensaio químico (mínimos admitidos)	
3.1	Poliéster	100%

3.2	À luz solar	Muito boa (5)
3.3	Ao suor	Muito boa (5)
3.4	À água	Muito boa (5)
3.5	Ao cloro 8°BE	Muito boa (5)
3.6	Ao atrito	Muito boa (5)
3.7	Ao ferro quente	Muito boa (5)

**3.3.4.1. OS ENSAIOS SÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E SEUS LAUDOS DEVEM SER APRESENTADOS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

3.3.4.2. A exigência de laudos de ensaios físicos, mecânicos e químicos são fundamentais para garantir a segurança, durabilidade, qualidade e conformidade regulatória do produto. Essa prática assegura que as peças atendam a padrões rigorosos, protegendo tanto o consumidor final quanto a reputação da marca ou instituição compradora.

3.3.4.3. Justificativa por tipo de ensaio

**3.3.4.3.1. Ensaios físicos**

3.3.4.3.1.1. Controle de qualidade visual: Identificam defeitos de acabamento, manchas, falhas de costura, falhas no bordado e na passadoria.

3.3.4.3.1.2. Dimensional e caimento: Verificam se o tamanho da peça corresponde ao especificado na ficha técnica e se o caimento está de acordo com o padrão esperado.

3.3.4.3.1.3. Solidez da cor: Avaliam a resistência da cor a diferentes fatores, como lavagem, luz, suor e fricção, evitando que a peça desbote ou manche outras roupas.

**3.3.4.3.2. Ensaios mecânicos**

3.3.4.3.2.1. Resistência do tecido: Medem a capacidade do tecido de resistir a forças de impacto, tração, abrasão e rasgos, especialmente importante para uniformes e roupas esportivas que exigem alta performance.

3.3.4.3.2.2. Durabilidade: Avaliam a longevidade da peça, garantindo que ela mantenha sua estrutura e aparência mesmo após uso prolongado. Tecidos com alta durabilidade e resistência, como o poliéster, são indicados para atividades intensas.

3.3.4.3.2.3. Elasticidade: Em peças que contêm elastano, verificam se a elasticidade se mantém após lavagens e uso.

3.3.4.3.2.4. Pilling (formação de bolinhas): Testam a resistência do tecido à formação de bolinhas na superfície.

**3.3.4.3.3. Ensaios químicos**

3.3.4.3.3.1. Proteção à saúde do usuário: Identificam a presença de substâncias químicas tóxicas, como formaldeído, corantes azoicos e metais pesados, que podem causar reações alérgicas, irritações na pele e outros problemas de saúde.

3.3.4.3.3.2. Proteção ao meio ambiente: Verificam se os corantes e outros insumos químicos utilizados no processo produtivo são ecologicamente corretos e seguros, evitando a contaminação ambiental durante a fabricação e lavagem das peças.

3.3.4.3.3.3. Conformidade legal: Garantem que os produtos estejam em conformidade com as normas regulatórias e de segurança para a comercialização de produtos têxteis no Brasil e no exterior.

**3.3.4.3.4. Benefícios da exigência dos ensaios**

3.3.4.3.4.1. Minimização de riscos: Evitam a aquisição de produtos com defeito ou que possam causar danos à saúde do consumidor.

3.3.4.3.4.2. Redução de custos: Diminuem os gastos com trocas, retrabalhos, devoluções e eventuais indenizações por danos causados por produtos de baixa qualidade.

3.3.4.3.4.3. Proteção da marca: Reforçam a imagem de qualidade e confiança da marca ou instituição, evitando danos à reputação.

3.3.4.3.4.4. Fornecimento seguro: Permitem a seleção de fornecedores confiáveis que comprovem a conformidade de seus produtos por meio de laudos técnicos.

3.3.4.3.4.5. Sustentabilidade: Contribuem para uma produção mais responsável, incentivando o uso de matérias-primas e processos menos agressivos ao meio ambiente

3.4. As unidades a serem adquiridas dever atender a seguinte distribuição de tamanhos, nos termos da ABNT NBR 16060, todas para cortes masculinos:

3.5. Os quantitativos de cada peça, devem obedecer o seguinte:

	Tamanho	Quantidade
	38	3
	40	3

Túnica Azul

Total de Túnicas Azuis (Até 75)

Túnica Branca

Total de Túnicas Brancas (Até 75)

<b>Culote</b>	38	6
	40	6
	42	20
	44	20
	46	30
	48	30
	50	10
	52	10
	54	10
	56	8
<b>Total de Culotes (Até 150)</b>		150

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Da exigência de amostra(s)
- 4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 4.1.1. Item 1: 01 (uma) amostra da túnica azul;
- 4.1.2. Item 2: 01 (uma) amostra da túnica branca;
- 4.1.3. Item 3: 01 (uma) amostra do culote encarnado
- 4.2. Assegurar a Qualidade e Consistência: A amostra do item permite verificar a qualidade e a consistência do produto em questão. Isso é fundamental para garantir que o produto final atenda aos padrões de qualidade estabelecidos e que não haja variações significativas ao final.
- 4.3. Garantia de Qualidade e Uniformidade: A análise de amostras de lote permite a verificação detalhada da qualidade e da consistência dos produtos. Isso é crucial para garantir que todos os itens de um mesmo lote atendam aos padrões de qualidade estabelecidos, evitando variações que possam impactar a administração pública.
- 4.4. Conformidade com Especificações: As amostras possibilitam a realização de testes rigorosos para assegurar que o produto está em total conformidade com as especificações técnicas. Esta verificação é vital para cumprir as normas de segurança e eficácia, evitando o risco de não conformidade que poderia levar a penalidades (processo sancionatório) ou recall.
- 4.5. Detecção Precoce de Problemas: A análise da amostra facilita a identificação precoce de problemas de produção, como desvios no processo ou defeitos que poderiam afetar o lote completo. Ao identificar e corrigir esses problemas de maneira antecipada, podemos minimizar impactos negativos na produção e garantir a integridade do produto final.
- 4.6. Transparência e Confiança: A prática de exigir amostras do lote promove transparência no processo de controle de qualidade e reforça a confiança dos clientes e parceiros comerciais na integridade e segurança dos produtos oferecidos.

- 4.7. Controle de Processos: Permite a monitorização contínua dos processos produtivos e a validação dos métodos de controle de qualidade. Isso é particularmente importante em processos industriais onde a precisão e a uniformidade são críticas para a satisfação do cliente.
- 4.8. Portanto, a exigência de amostra é uma estratégia essencial para garantir a excelência dos produtos e proteger o interesse público. Além disso, trata-se de uma medida preventiva que contribui significativamente para a manutenção dos padrões de qualidade, segurança e conformidade dos produtos. Esta prática não só protege o interesse público, mas também fortalece a reputação e a confiabilidade da empresa no mercado.
- 4.9. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com os respectivos catálogos e descritivos de sua composição, na Seção Logística do Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”, Endereço: Rua Dr. Jorge Miranda, 238, Luz, São Paulo/SP, CEP 01106-000. Telefone (11) 3315-0330, email: rpmonp4@policiamilitar.sp.gov.br, no prazo limite de 15 (quinze) DIAS CORRIDOS, a contar do aceite da proposta, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.10. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, de igual período (15 dias), a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.11. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita a proposta será recusada.
- 4.12. Caso a amostra seja reprovada, a proposta será recusada.
- 4.13. Aprovada a amostra, ela poderá fazer parte do lote a ser contratado, desde que esteja íntegra em sua estrutura, livre de danos e avarias quaisquer, oriundas ou não da análise de amostra realizada pela Administração Pública.
- 4.14. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, em consonância com a descrição do material e as exigências estabelecidas neste Termo de Referência:
- 4.14.1. Avaliação das composições dos materiais, conforme os catálogos apresentados, para verificar a conformidade com a descrição neste Termo de Referência;
- 4.14.2. Análise comparativa do formato, assegurando que esteja dentro dos padrões descritos neste Termo de Referência;
- 4.14.3. Análise comparativa das medidas, confirmando que atendam aos padrões descritos no neste Termo de Referência;
- 4.14.4. Análise comparativa das Cores, baseada nos catálogos e amostras entregues, para garantir a conformidade com os descritos neste Termo de Referência;
- 4.14.5. Demais análise comparativa de fichas técnicas e congêneres que comprovem as resistências e características do item, assegurando a conformidade com as descrições deste Termo de Referência;
- 4.14.6. Caso durante a análise da(s) amostra(s) surgir(em) dúvidas quanto a sua real compatibilidade com o objeto descrito neste Termo de Referência, a equipe técnica poderá remeter a(s) amostra(s) a um dos laboratórios credenciados pelo INMETRO para exames à custado licitante vencedor, para sanar tais dúvidas devidamente justificadas a respeito das especificações;
- 4.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.16. O exemplar aprovado não fará parte do lote e o reprovado será colocado à disposição da Administração Pública como corpo de prova, salvo deliberação diversa do Dirigente da UASG.
- 4.17. A amostra poderá ser manuseada e desmontada pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.18. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 4.19. Inspeção e Exame
- 4.19.1. O material poderá ser inspecionado durante a confecção a critério do Sr. Dirigente da UASG e do Gestor de contratos;
- 4.20. Recebimento e Recusa
- 4.20.1. Será recusado o recebimento do material desde que as características das amostras submetidas a exame não satisfaçam os índices e/ou as exigências da presente especificação.
- 4.21. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.22. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

#### Garantia da contratação

4.23. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Dr. Jorge Miranda, 238, Luz, São Paulo/SP. CEP 01106-000. Na Seção de Logística do Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”

#### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de



2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por

meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata, a contar do acionamento da Ata de Registro de Preço, nos quantitativos estabelecidos em contrato.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

### **Qualificação Técnica**

8.24. DECLARAÇÃO DE QUE APRESENTARÁ OS LAUDOS DE ENSAIOS, ANTES DA CONVOCAÇÃO PARA A ASSINATURA CONTRATUAL, NOS TERMOS EXIGIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

### **Outras comprovações**

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida por dotação a ser indicada pela Diretoria de Finanças da Polícia Militar do Estado de São Paulo, quando do acionamento da Ata de Registro de Preços.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, data da assinatura digital

## **2. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANITA BRAGA SALVIONE LENGENFELDER**

Cap PM - Membro da equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 19:09:53.*

## ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

# Estudo Técnico Preliminar 128/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00492319/2025-42

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1. O Regimento de Polícia Montada "9 de Julho", tem por missão principal a Preservação da Ordem Pública e Policiamento Ostensivo, e que é executado por atividades específicas com emprego hipo, sendo necessário o uso de equipamentos e uniformes peculiares a atividade.
- 2.2. Para o cumprimento das suas atribuições é indispensável que a PMESP seja suprida não só de recursos humanos, mas também dos meios materiais necessários para fazer frente a essa demanda, dentre os quais se inserem os equipamentos de montaria adequados ao animal, buscando maxima eficiência e eficácia, e o bem estar do cavalo, além do uniforme adequado ao policial militar, para realizar as atividades de policiamento hipo.
- 2.3. Cabe salientar que o Regimento de Polícia Montada "9 de Julho" também tem a missão de realizar diversas representações institucionais e sociais, em eventos e solenidades militares e civis, utilizando-se de uniforme e equipamento especial, que remonta e ao patrimônio cultural, histórico e imaterial do Estado de São Paulo, bem como da nação brasileira, isto de forma rotineira.
- 2.4. Somando a estes fatos, bem como o uso rotineiro de uniformes e equipamentos hipo, se faz necessário a renovação dos itens bem como a sua complementação, conforme tabela do R-5-PM.
- 2.5. Acrescenta-se que nos últimos 5 (cinco) anos não houve a aquisição dos itens.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Equipe de planejamento do RPMon "9 de Julho"	Cap PM Anita Braga Salvione Lengenfelder

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O presente estudo destina-se a Formação de ata de registro de preços para aquisição futura de fardamento especial tipo F-3 (lanceiro) do R-5-PM, para o RPMon "9 de Julho". Nas seguintes quantidades gerais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISICO (SIMILAR)	CATMAT (SIMILAR)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Túnica Azul F-3, tamanho entre 38 e 56	5464374	446501	1-unidade	75
2	Túnica Branca F-3, tamanho entre 38 e 56	6228755	618366	1-unidade	75

3	Culote Encarnado, F-3, tamanho entre 38 e 56	5900549	622831	1-unidade	150
---	---	---------	--------	-----------	-----

4.2. Os bens objeto deste estudo caracteriza-se como “bem comum”, definido pelo livro Licitações e Contratos do TCU, de 2010, que “é aquele para o qual é possível definir padrões de desempenho ou qualidade, segundo especificações usuais no mercado”, e para Marçal Justen Filho “é aquele que possui identidade e características padronizadas, sendo facilmente encontrado em um mercado específico e disponível a qualquer momento para atender às necessidades da administração pública”.

4.3. O objeto deste estudo não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, quando do acionamento da referida ata.

4.4.1. Por se tratar de Ata de Registro de Preços, em consonância com o artigo 84, da Lei Federal N.º 14.133/21, esta terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o preço seja comprovadamente vantajoso à administração pública.

4.5. Da exigência de amostra(s)

4.5.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5.1.1. Item 1: 01 (uma) amostra da túnica azul;

4.5.1.2. Item 2: 01 (uma) amostra da túnica branca;

4.5.1.3. Item 3: 01 (uma) amostra do culote encarnado;

4.5.2. Assegurar a Qualidade e Consistência: A amostra do item permite verificar a qualidade e a consistência do produto em questão. Isso é fundamental para garantir que o produto final atenda aos padrões de qualidade estabelecidos e que não haja variações significativas ao final.

4.5.3. Garantia de Qualidade e Uniformidade: A análise de amostras de lote permite a verificação detalhada da qualidade e da consistência dos produtos. Isso é crucial para garantir que todos os itens de um mesmo lote atendam aos padrões de qualidade estabelecidos, evitando variações que possam impactar a administração pública.

4.5.4. Conformidade com Especificações: As amostras possibilitam a realização de testes rigorosos para assegurar que o produto está em total conformidade com as especificações técnicas. Esta verificação é vital para cumprir as normas de segurança e eficácia, evitando o risco de não conformidade que poderia levar a penalidades (processo sancionatório) ou recall.

4.5.5. Detecção Precoce de Problemas: A análise da amostra facilita a identificação precoce de problemas de produção, como desvios no processo ou defeitos que poderiam afetar o lote completo. Ao identificar e corrigir esses problemas de maneira antecipada, podemos minimizar impactos negativos na produção e garantir a integridade do produto final.

4.5.6. Transparência e Confiança: A prática de exigir amostras do lote promove transparência no processo de controle de qualidade e reforça a confiança dos clientes e parceiros comerciais na integridade e segurança dos produtos oferecidos.

4.5.7. Controle de Processos: Permite a monitorização contínua dos processos produtivos e a validação dos métodos de controle de qualidade. Isso é particularmente importante em processos industriais onde a precisão e a uniformidade são críticas para a satisfação do cliente.

4.5.8. Portanto, a exigência de amostra é uma estratégia essencial para garantir a excelência dos produtos e proteger o interesse público. Além disso, trata-se de uma medida preventiva que contribui significativamente para a manutenção dos padrões de qualidade, segurança e conformidade dos produtos. Esta prática não só protege o interesse público, mas também fortalece a reputação e a confiabilidade da empresa no mercado.

4.5.9. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com os respectivos catálogos e descritivos de sua composição, na Seção Logística do Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”, Endereço: Rua Dr. Jorge Miranda, 238, Luz, São Paulo/SP, CEP 01106-000. Telefone (11) 3315-0330, e-mail: rpmonp4@policiamilitar.sp.gov.br, no prazo limite de 15 (quinze) DIAS CORRIDOS, a contar do aceite da proposta, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

4.5.11. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, de igual período, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5.12. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita a proposta será recusada;

4.5.13. Caso a amostra seja reprovada pela área técnica, a proposta será recusada. Os documentos produzidos pela área técnica acerca da reprovação serão encartados aos autos do Processo Administrativo, e facultados as vistas aos interessados.

4.5.14. Aprovada a amostra, ela poderá fazer parte do lote a ser contratado, desde que esteja íntegra em sua estrutura, livre de danos e avarias quaisquer, oriundas ou não da análise de amostra realizada pela Administração Pública;

4.5.15. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, em consonância com a descrição do material e as exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

4.5.15.1. Avaliação das composições dos materiais, conforme os catálogos apresentados, para verificar a conformidade com a descrição neste Termo de Referência;

4.5.15.2. Análise comparativa do formato, assegurando que esteja dentro dos padrões descritos neste Termo de Referência;

4.5.15.3. Análise comparativa das medidas, confirmando que atendam aos padrões descritos no neste Termo de Referência;

4.5.15.4. Análise comparativa das Cores, baseada nos catálogos e amostras entregues, para garantir a conformidade com os descritos neste Termo de Referência;

4.5.15.5. Demais análise comparativa de fichas técnicas e congêneres que comprovem as resistências e características do item, assegurando a conformidade com as descrições deste Termo de Referência;

4.5.15.6. Caso durante a análise da(s) amostra(s) e surgir(em) dúvidas quanto a sua real compatibilidade com o objeto descrito neste Termo de Referência, a equipe técnica poderá remeter a(s) amostra(s) a um dos laboratórios credenciados pelo INMETRO para exames à custado licitante vencedor, para sanar tais dúvidas devidamente justificadas a respeito das especificações;

4.5.15.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.5.15.8. O exemplar aprovado não fará parte do lote e o reprovado será colocado à disposição da Administração Pública como corpo de prova, salvo deliberação diversa do Dirigente da UASG.

4.5.15.9. A amostra poderá ser manuseada e desmontada pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.5.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### 4.6. Inspeção e Exame

4.6.1. O material poderá ser inspecionado durante a confecção a critério do Sr. Dirigente da UASG e do Gestor de contratos;

#### 4.7. Recebimento e Recusa

4.7.1. Será recusado o recebimento do material desde que as características das amostras submetidas a exame não satisfaçam os índices e/ou as exigências da presente especificação.

4.7.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.7.3. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, face a sua não imprescindibilidade

#### 4.9. Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS:

4.9.1. Não será reservada cotas às ME/EPP/EQUIPARADAS, nos termos do artigo 48, da LC 123/06, pois:

4.9.1.1. nos termos do artigo 49, III, da LC 123/06:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

4.9.1.2. há prejuízo da solução para a administração pública, ao se permitir aquisição por mais de uma licitante, ao fragilizar a uniformidade do material a ser adquirido, ferindo diretamente a uniformidade esmerada neste caso.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Parâmetro I - Levantamento e pesquisa de preços feita em diversos sites, citados na planilha de pesquisa de valores anexado no processo 057.00492319/2025-42.

5.2. Parâmetro II - Contratação similares de outros entes públicos, no município de São Paulo/SP, em execução ou concluídos no último ano:

5.2.1. não foram localizadas atas de registros de preços com IRP abertas ou passíveis de adesão, conforme documento comprobatório juntado aos autos do Processo SEI cito no item 5.1.

5.3. Portanto, a aquisição dos itens, através da modalidade licitatória de Pregão Eletrônico, nos termos do artigo 37, XXI, CF/88 atende:

5.3.1. a necessidade da administração;

5.3.2. a legislação constitucional;

5.3.3. a forma mais vantajosa à administração pública para se contratar.

5.4. Soma-se a pretensa análise, a formação de ata de registro de preços, que nos termos e somados ao Parecer Referencial N.º CJPM 2/2025, item 79., para a pretensa licitação "não há necessidade de ser efetuada reserva de recursos para realização da licitação".

5.5. Destarte, em consonância com os princípios da eficiência (caput do artigo 37, da CF/88) c/c os princípios da celeridade, da economicidade e do planejamento (caput do artigo 5º da Lei N.º 14.133/21), licitar-se-á em um processo único os itens necessários para um ano, para atendimento da demanda desta OPM, sem necessidade de reserva de recursos, em consonância com os quantitativos alcandos neste Estudo Técnico Preliminar.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. No anexo 1 deste Termo de Referência encontram-se fotos ilustrativas dos modelos.

6.2. Todos os cortes dos uniformes deverão seguir as medidas de cortes masculinos, nos termos da ABNT NBR 16060.

6.3. Descrição das peças:

6.3.1. Sobrecasaca lanceiro azul ferrete:

6.3.1.1. Talhe: comprimento até a altura do quadris proporcional ao tamanho do manequim, tendo sobra de 0,06 m, em relação ao quadro de confecção (no tórax) e na barra deverá ter uma sobra que permita encompridar-se 0,02 m;

6.3.1.2. Dianteiro: a abertura da frente será composta de duas abas, sendo que a aba direita terá o mesmo corte dos paletós; a aba esquerda terá medida suficiente para formar um transpasse sobre a aba direita até a distância de 2 cm da costura da manga; a aba esquerda será presa a aba direita através de velcron na mesma cor do tecido porém; sobre a aba esquerda deverá ser aplicado um peitilho do mesmo tecido porém encarnado, conforme desenho anexo;

6.3.1.3. Gola: em pé, de pano azul ferrete, avivado de encarnado, pontas direita, com cerca de 0,05 m de altura e fechada por colchetes, tendo cada uma das extremidades um retângulo de pano encarnado com o canto superior interno arredondado, de mesma altura e 0,075 m de comprimento, orlado de lantejoulas douradas, sobre o qual será bordado, a fio de ouro, o distintivo da Cavalaria com 0,032 m de largura por 0,015 m de altura;





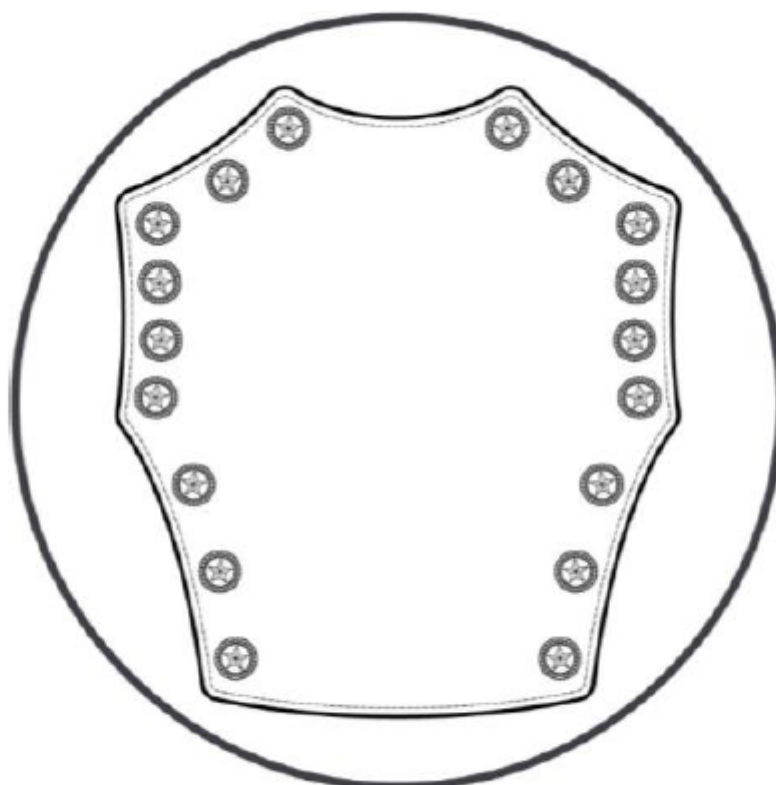
6.3.1.4. Traseiro: terá uma abertura traseira com pestanas, da cintura para baixo; as pestanas traseiras, do mesmo pano e avivadas de encarnado, terão cerca de 0,265 m de altura, com dois recortes medindo 0,05 m de largura nas saliências e 0,03 m nos centros das curvas; cada uma será guarnecida de três botões grandes dourados achatados, com estrelas, dispostos em distâncias iguais, sendo os dois superiores presos de modo a apoiar o talim na posição horizontal; ainda na linha da cintura, sobre as costuras laterais, colocar-se-ão dois ganchos de metal oxidado, destinados a sustentar o talim;

6.3.1.5. Mangas: terão um canhão de 0,07 m de altura, avivado de encarnado, preso por uma carcela da mesma cor, avivadas, de 0,14 m de altura com 0,045 m nas saliências dos recortes e 0,03 m no centro das curvas guarnecida de três botões pequenos dourados achatados; o vivo do canhão corresponderá exatamente ao centro da carcela;

6.3.1.6. Sobre os ombros, perto da gola, colocar-se-ão presilhas de pano azul ferrete e perto das costuras das mangas, passadeiras do mesmo pano, avivadas de encarnado com 0,012 m de largura e 0,07 m de comprimento, guarnecidas de galão dourado, tudo destinado a prender a dragona;

6.3.3.1. Peitilho: do mesmo tecido, porém, encarnado, acompanhado no seu feitiço a curva da gola e as linhas inclinadas dos ombros, descendo em ligeira curva até a altura do terceiro botão, estreitando-se para baixo em retas até abaixo do cinto, partindo da ponta da curva da gola terá costurado três botões simetricamente equidistantes daí para baixo haverá uma ordem de seis botões grandes dourados achatados equidistantes; o peitilho será costurado na aba esquerda da sobrecasaca, partindo sua parte superior na altura do tecido encarnado da gola;

3.3.1.1. confeccionado no mesmo tecido da túnica, na cor vermelha, com formato que acompanha a curva da gola e as linhas do ombro, curva até o terceiro botão, estreitando-se em linha reta até sua base, liso, com botões dourados de 22 mm de diâmetro em toda borda:



**Peitilho do RPMon - 9 de Julho**

6.3.2. Sobrecasaca lanceiro branca:

6.3.2.1. Talhe: comprimento até a altura do quadris proporcional ao tamanho do manequim, tendo sobra de 0,06 m, em relação ao quadro de confecção (no tórax) e na barra deverá ter uma sobra que permita encompridar-se 0,02 m;

6.3.2.2. Dianteiro: a abertura da frente será composta de duas abas, sendo que a aba direita terá o mesmo corte dos paletós; a aba esquerda terá medida suficiente para formar um transpasse sobre a aba direita até a distância de 2 cm da costura da manga; a aba esquerda será presa a aba direita através de velcrom na mesma cor do tecido porém; sobre a aba esquerda deverá ser aplicado um peitilho do mesmo tecido porém encarnado, conforme desenho anexo;

6.3.2.3. Gola: corte fechado até a gola; gola alta com fechamento com colchetes na cor branca, em pé, de pano branco, avivado de encarnado, pontas diretas, com cerca de 0,05 m de altura e fechada por colchetes, tendo cada uma das extremidades um retângulo de pano encarnado com o canto superior interno arredondado, de mesma altura e 0,075 m de comprimento, orlado de lantejoulas douradas, sobre o qual será bordado, a fio de ouro, o distintivo da Cavalaria com 0,032 m de largura por 0,015 m de altura;



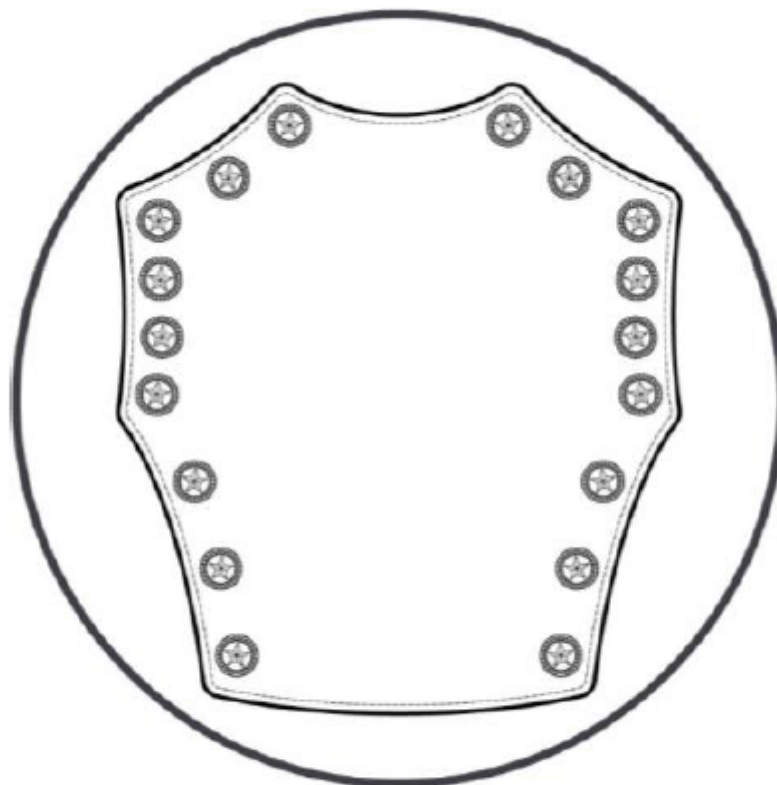
6.3.2.4. Traseiro: terá uma abertura traseira com pestanas, da cintura para baixo; as pestanas traseiras, do mesmo pano e avivadas de encarnado, terão cerca de 0,265 m de altura, com dois recortes medindo 0,05 m de largura nas saliências e 0,03 m nos centros das curvas; cada uma será guarnecida de três botões grandes dourados achatados, com estrelas, dispostos em distâncias iguais, sendo os dois superiores presos de modo a apoiar o talim na posição horizontal; ainda na linha da cintura, sobre as costuras laterais, colocar-se-ão dois ganchos de metal oxidado, destinados a sustentar o talim;

6.3.2.5. Mangas: terão um canhão de 0,07 m de altura, avivado de encarnado, preso por uma carcela da mesma cor, avivadas, de 0,14 m de altura com 0,045 m nas saliências dos recortes e 0,03 m no centro das curvas guarnecida de três botões pequenos dourados achatados; o vivo do canhão corresponderá exatamente ao centro da carcela;

6.3.2.6. Sobre os ombros, perto da gola, colocar-se-ão presilhas de pano branco e perto das costuras das mangas, passadeiras do mesmo pano, avivadas de encarnado com 0,012 m de largura e 0,07 m de comprimento, guarnecidas de galão dourado, tudo destinado a prender a dragona;

6.3.2.7. Peitilho: do mesmo tecido, porém, encarnado, acompanhado no seu feitio a curva da gola e as linhas inclinadas dos ombros, descendo em ligeira curva até a altura do terceiro botão, estreitando-se para baixo em retas até abaixo do cinto, partindo da ponta da curva da gola terá costurado três botões simetricamente equidistantes daí para baixo haverá uma ordem de seis botões grandes dourados achatados equidistantes; o peitilho será costurado na aba esquerda da sobrecasaca, partindo sua parte superior na altura do tecido encarnado da gola.

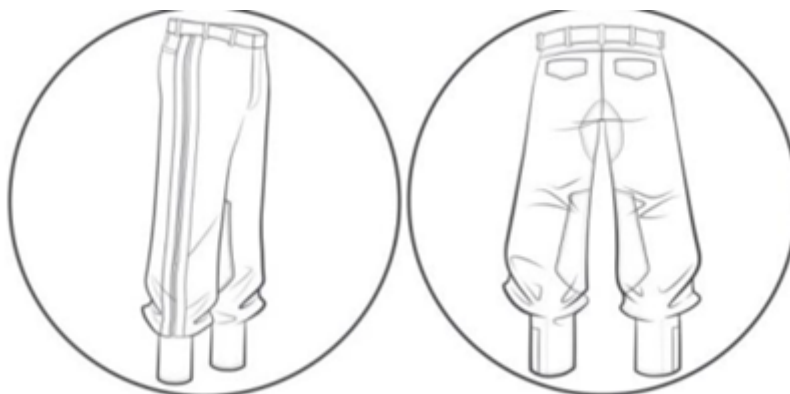
6.3.2.7.1. confeccionado no mesmo tecido da túnica, na cor vermelha, com formato que acompanha a curva da gola e as linhas do ombro, curva até o terceiro botão, estreitando-se em linha reta até sua base, liso, com botões dourados de 22 mm de diâmetro em toda borda:



**Peitilho do RPMon - 9 de Julho**

6.3.3. Culote vermelho duas faixas azul (masculino)

6.3.3.1. De tecida panamá 100% poliéster, vermelho, tipo francês, com reforço, no joelho, internamente e no assento, do próprio tecido, reforços do mesmo tecido. É permitido o uso em tecido, da mesma cor.



**Culote encarnado**

6.3.3.2. corte tipo semi-bag, confeccionado em tecido social para montaria na cor vermelha;

6.3.3.3. cós entretelado, com passadores externos para cinto, no mesmo tecido da calça;

6.3.3.4. fechamento por colchete metálico e zíper, na cor do tecido;

6.3.3.5. quatro bolsos;

6.3.3.6. os bolsos poderão ter abertura falsa;

6.3.3.7. sem bainhas;

6.3.3.8. reforço no traseiro e nas entrepernas;

6.3.3.9. laterais contendo:

6.3.3.9.1. para Praça, uma faixa lateral azul-ferrete acima da costura;

6.3.4. As peças devem seguir as seguintes especificações:

1.	Ensaio físico (mínimos admitidos)	
1.1	Armadura	Gorgurão (Panamá)
1.2	Espessura	0,62mm
1.3	Largura mínima	1500mm
1.4	Peso por m²	250,52g
1.5	Fios no urdume por cm	26 duplos com torção
1.6	Fios na trama por cm	26 (acabado)
1.7	Pilling	5
1.8	Título do fio (urdume)	15 Ne
1.9	Título do fio (trama)	15 Ne
2.	Ensaio mecânico (mínimos admitidos)	
2.1	Resistência à tração no urdume (mínima)	160kg/f
2.2	Resistência à tração na trama (mínima)	170kg/f
2.3	Alongamento do urdume (mínimo)	46mm
2.4	Alongamento da trama (mínimo)	31mm

3.	Ensaaios químicos (mínimos admitidos)	
3.1	Poliéster	100%
3.2	À luz solar	Muito boa (5)
3.3	Ao suor	Muito boa (5)
3.4	À água	Muito boa (5)
3.5	Ao cloro 8ºBE	Muito boa (5)
3.6	Ao atrito	Muito boa (5)
3.7	Ao ferro quente	Muito boa (5)

6.3.4.1. OS ENSAIOS SÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E SEUS LAUDOS DEVEM SER APRESENTADOS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO.

6.3.4.2. A exigência de laudos dos ensaios físicos, mecânicos e químicos são fundamentais para garantir a segurança, durabilidade, qualidade e conformidade regulatória do produto. Essa prática assegura que as peças atendam a padrões rigorosos, protegendo tanto o consumidor final quanto a reputação da marca ou instituição compradora.

6.3.4.3. Justificativa por tipo de ensaio

6.3.4.3.1. Ensaaios físicos

6.3.4.3.1.1. Controle de qualidade visual: Identificam defeitos de acabamento, manchas, falhas de costura, falhas no bordado e na passadoria.

6.3.4.3.1.2. Dimensional e caimento: Verificam se o tamanho da peça corresponde ao especificado na ficha técnica e se o caimento está de acordo com o padrão esperado.

6.3.4.3.1.3. Solidez da cor: Avaliam a resistência da cor a diferentes fatores, como lavagem, luz, suor e fricção, evitando que a peça desbote ou manche outras roupas.

6.3.4.3.2. Ensaaios mecânicos

6.3.4.3.2.1. Resistência do tecido: Medem a capacidade do tecido de resistir a forças de impacto, tração, abrasão e rasgos, especialmente importante para uniformes e roupas esportivas que exigem alta performance.

6.3.4.3.2.2. Durabilidade: Avaliam a longevidade da peça, garantindo que ela mantenha sua estrutura e aparência mesmo após uso prolongado. Tecidos com alta durabilidade e resistência, como o poliéster, são indicados para atividades intensas.

6.3.4.3.2.3. Elasticidade: Em peças que contêm elastano, verificam se a elasticidade se mantém após lavagens e uso.

6.3.4.3.2.4. Pilling (formação de bolinhas): Testam a resistência do tecido à formação de bolinhas na superfície.

6.3.4.3.3. Ensaaios químicos

6.3.4.3.3.1. Proteção à saúde do usuário: Identificam a presença de substâncias químicas tóxicas, como formaldeído, corantes azoicos e metais pesados, que podem causar reações alérgicas, irritações na pele e outros problemas de saúde.

6.3.4.3.3.2. Proteção ao meio ambiente: Verificam se os corantes e outros insumos químicos utilizados no processo produtivo são ecologicamente corretos e seguros, evitando a contaminação ambiental durante a fabricação e lavagem das peças.

6.3.4.3.3. Conformidade legal: Garantem que os produtos estejam em conformidade com as normas regulatórias e de segurança para a comercialização de produtos têxteis no Brasil e no exterior.

6.3.4.3.4. Benefícios da exigência dos ensaios

- 6.3.4.3.4.1. Minimização de riscos: Evitam a aquisição de produtos com defeito ou que possam causar danos à saúde do consumidor.
- 6.3.4.3.4.2. Redução de custos: Diminuem os gastos com trocas, retrabalhos, devoluções e eventuais indenizações por danos causados por produtos de baixa qualidade.
- 6.3.4.3.4.3. Proteção da marca: Reforçam a imagem de qualidade e confiança da marca ou instituição, evitando danos à reputação.
- 6.3.4.3.4.4. Fornecimento seguro: Permitem a seleção de fornecedores confiáveis que comprovem a conformidade de seus produtos por meio de laudos técnicos.
- 6.3.4.3.4.5. Sustentabilidade: Contribuem para uma produção mais responsável, incentivando o uso de matérias-primas e processos menos agressivos ao meio ambiente

6.4. As unidades a serem adquiridas devem atender a seguinte distribuição de tamanhos, nos termos da ABNT NBR 16060, todas para cortes masculinos:

6.5. Os quantitativos de cada peça, devem obedecer o seguinte:

	Tamanho	Quantidade
Túnica Azul	38	3
	40	3
	42	10
	44	10
	46	15
	48	15
	50	5
	52	5
	54	5
	56	4
Total de Tênicas Azuis (Até 75)		75

<b>Túnica Branca</b>	38	3
	40	3
	42	10
	44	10
	46	15
	48	15
	50	5
	52	5
	54	5
	56	4
<b>Total de Túnicas Brancas (Até 75)</b>		75
<b>Culote</b>	38	6
	40	6
	42	20
	44	20
	46	30
	48	30

	50	10
	52	10
	54	10
	56	8
Total de Culotes (Até 150)		150

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os totais de cada item foram verificados com base nos quantitativos previsto no PARO 2025 (Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários) - Uniforme, da PMESP, delineando-se seus valores conforme seguem:

Item	Lote	Descrição resumida	Siafísico (Similar)	Natureza da despesa siafísico	Catmat (Similar)	Qnt máxima para a ata	Unidade de fornecimento
1	1	Túnica Azul F-3, tamanho entre 38 e 56	5464374	339030	446501	75	1 - unidade
2		Túnica Branca F-3, tamanho entre 38 e 56	6228755	339030	618366	75	1 - unidade
3		Culote Encarnado, F-3, tamanho entre 38 e 56	5900549	339030	622831	150	1 - unidade

7.2. Foram consultados as aquisições, conforme o número do catálogo SIAFISICO no SIGEO entre 2022 e 2024, na UGE 180172, nos termos do Ofício nº DF-006/10/17 – Circular – de 07JUL17, em seus itens 4 e 5 (0038180123), e no Ofício nº DF-002/10/21 - Circular - de 23MAR21, anexos ao Processo SEI 057.00492319/2025-42, com as médias adquiridas nos últimos três anos, a fim de justificar os quantitativos. No entanto, para os itens catalogados e utilizados, ainda que similares, não foram localizadas quantitativos.

7.3. Para a estimativa das quantidades a serem solicitadas, foram feitas atendendo aos critérios objetivos (quantidade de público/militares), sendo que o próprio TCU já se posicionou quanto a tal problema nos seguintes termos: “criar falsas expectativas aos fornecedores com base em quantitativos superdimensionados, além de desvirtuar os fins a que se destina a licitação, não constitui fator decisivo para redução dos valores ofertados pelos licitantes, sobretudo em Atas de Registro de Preços, onde não se impõe a obrigação de efetiva compra pelos órgãos da Administração Pública” (Acórdão no 2.155/2012 –Plenário). Na prática, é muito comum em licitações para registro de preços o fenômeno do subaproveitamento das Atas, que chegam ao final de seu prazo de validade com baixo percentual de efetivas contratações, em termos de quantitativos e de valores de aquisição. A facilidade característica do sistema – desnecessidade de reserva de recursos orçamentários – é utilizada para realizar a licitação sem firme compromisso com o planejamento realista da demanda do órgão público, inflando os itens e quantitativos licitados sem que haja a expectativa concreta de aquisição total futura – ou por vezes até há, porém não se concretiza por conta dos conhecidos e esperados contingenciamentos orçamentários. E é isso que se pretende evitar nos processos licitatórios. Mesmo no registro de preços, a estimativa mais precisa possível dos quantitativos que serão adquiridos no decorrer da vigência da Ata é vital para fins de elaboração de propostas fidedignas por parte dos licitantes, em razão das premissas da economia de escala, pela qual os preços unitários diminuem à medida que aumentam os quantitativos de aquisição. Em outras palavras, a estimativa do mais próximo possível da realidade acaba por ser um pressuposto para o ganho na economia de escala.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: 8.1. Nos termos do artigo 24, da Lei Federal N.º 14.133 o valor será sigiloso, pois: 8.1.1. há aumento da competitividade, pois o sigilo força os concorrentes a apresentarem preços mais alinhados com a realidade de mercado, em vez de se basearem em um valor máximo divulgado. Isso pode gerar propostas mais vantajosas.; 8.1.2. evita-se a "âncora" do preço, pois sem o valor estimado, os licitantes não podem utilizá-lo como referência para inflar suas propostas iniciais, o que pode ser uma prática comum quando o orçamento é público; 8.1.3. afasta licitantes desqualificados, pois a falta de uma referência clara de preço pode desencorajar concorrentes que não têm um bom domínio sobre os custos do serviço ou produto, garantindo que a disputa seja mais qualificada; 8.1.4. há segurança jurídica, pois a justificativa do sigilo, quando bem fundamentada,



garante segurança jurídica ao processo licitatório; 8.1.5. haverá divulgação posterior dos orçamentos. 8.2. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo. 8.3. Os quantitativos estão previstos no item anterior, sem prejuízo de sua divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. 8.4. Ademais foi realizada ampla pesquisa de preços de mercado do objeto da despesa, a fim de servir de balizamento para a análise das propostas dos licitantes, em conformidade com o disposto no Art. 23, §1º, inciso III - Lei 14.133/2021. Na realização da pesquisa de preços foram observados os procedimentos administrativos básicos previstos no Decreto Estadual N.º 67.888/23, sendo que a aplicação dos parâmetros estabelecidos em seu art. 3, §1º retornou os seguintes resultados, de acordo com a fonte consultada: IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.]

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A aquisição será por lote, não havendo parcelamento do objeto, pois:

9.1.1. Há Economia de escala: O agrupamento de itens em lote gera economia de escala, proporcionando um preço unitário menor do que se os itens fossem comprados separadamente;

9.1.2. Sistema único e integrado: o objeto a ser contratado é um sistema único e integrado, o parcelamento pode gerar riscos para o conjunto do objeto ou inviabilizar a integração;

9.1.3. Redução de custos de gestão: a contratação de um único fornecedor reduz os custos administrativos e de gestão de múltiplos contratos, considerando o baixo pessoal tecnicamente capacitado em realizar a gestão e fiscalização dos contratos nesta UASG 180172;

9.1.4. Responsabilidade técnica: A atribuição de todas as atividades a um único responsável agiliza a resolução de problemas e garante uma resposta mais eficiente;

9.1.5. Compatibilidade de tecido: há necessidade de compatibilidade do tecido do culote com o da túnica, logo, cortes e tinturas diferentes, pois o parcelamento para o caso prejudica a integração dos processos de produção, resultando em lotes de qualidade desigual e, por fim, demandando mais tempo e recursos para corrigir falhas na padronização. Além disso, o parcelamento desfavorece a contratação de um único fornecedor especializado, que pode oferecer um preço unitário mais vantajoso em virtude de um volume de produção maior.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Os itens deste ETP foram localizados dentro do Plano de Contratações Anual de 2025, conforme Id de Contratação N° 180172-14/2025, e DFD N.º 101/2025, juntado sua cópia no Processo Administrativo nº057.00492319/2025-42.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### 12.1. Benefícios comprovados

12.1.1. Maior competição e redução de preços: o pregão eletrônico amplia a concorrência geográfica e tende a reduzir preços finais por torná-la mais acessível aos fornecedores, favorecendo economia de escala na Ata de Registro de Preços.

12.1.2. Agilidade e repetibilidade (eficiência administrativa): a ata de registro de preços evita repetir licitações sempre que houver novas demandas, permitindo contratações futuras (por adesão) sob as condições já registradas, o que agiliza reposição de uniformes e compras periódicas.

12.1.3. Transparência e rastreabilidade: pregões eletrônicos são altamente auditáveis (sistema eletrônico registra lances/atos), o que facilita controle interno e por tribunais de contas, importante em compras sensíveis como fardamento institucional. (Repositório UFPE);

12.1.4. Padronização técnica e qualidade contratual: a ata de registro de preços permite fixar especificações técnicas/amostras de referência (ex.: tecido, cor Pantone, insígnias, costuras), impondo critérios objetivos de aceitação/penalidades, essencial para uniformes históricos, cuja fidedignidade é requisito central. Documentos técnicos que tratam de fardamentos enfatizam a necessidade de requisitos de durabilidade e preservação das características históricas. (Serviços e Informações do Brasil).

12.1.5. Economia de estoque e flexibilidade logística: com a ata de registro de preços, órgãos aderentes compram conforme demanda (evita superestoque) e podem diluir entregas; consórcios e grandes quantidades tendem a negociar preços melhores. (codanorte.mg.gov.br);

## **12.2. Riscos mais relevantes e como mitigá-los**

12.2.1. Risco de baixa qualidade / perda da “fidedignidade histórica”: sua mitigação pode ser realizada com a exigência de amostras físicas, provas de cor e matriz de materiais, ensaios (abrasão, desbotamento) e cláusula de rejeição;

12.2.2. Risco de fornecedores sem capacidade técnica: sua mitigação pode ser realizada com condicionantes no edital (capacidade produtiva, atestado técnico, fotos de lotes anteriores, visita técnica ou demonstração) (Repositório Institucional UTFPR);

12.2.3. Risco de atraso/ruptura de supply chain: sua mitigação pode ser realizada com a previsão de SLA, multas, cláusula de fornecimento fracionado, e possibilidade de contratação de reserva (fornecedor reserva/alternativo).;

12.2.4. Risco de disputas sobre propriedade de símbolos/insígnias: sua mitigação pode ser realizada com cláusulas sobre uso de marcas, autorização para reprodução de brasões/insígnias e controle de qualidade dessas peças.

## **12.3. Economicidade:**

12.3.1. Economia a Longo Prazo: A compra de itens de através da modalidade de Pregão Eletrônico, com formação de ata de registro de preço, garante melhor aproveitamento da economia processual e tempo de empenho de cada militar empregado com a aquisição, reduzindo a necessidade de novos processos que demandarão força laborativa que poderão estar sendo melhor empregada na melhora contínua da unidade, resultando em economia significativa a longo prazo.

## **12.4. Eficiência de Recursos Humanos e Materiais**

12.4.1. Gestão de Estoque Aprimorada: A boa gestão e planejamento da aquisição garante que o Comando tenha sempre os itens necessários.

# **13. Providências a serem Adotadas**

## **13.1. Fase 1 — Planejamento e preparação do certame (licitação / ARP)**

13.1.1. Realizar estudo técnico-preliminar com levantamento histórico de consumo e necessidades de usuários usando dados quantificados (consumo por unidade, perdas, vida útil média das peças) para dimensionar lotes e evitar supercontratação (rop.emnuvens.com.br)

13.1.2. Mapear fornecedores e fazer pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa, com entrevistas/sondagens com fabricantes especializados em uniformes e pequenos confeitores locais para verificar capacidade produtiva e prazos reais (evita especificações inalcançáveis). Estudos de caso sobre fornecimento de fardamento destacam a importância dessa etapa (rop.emnuvens.com.br);

13.1.3. Definir especificações técnicas com critérios testáveis e amostras obrigatórias com a exigência de amostra física e laudo/testes (ex.: solidez de cor, resistência à abrasão, composição do tecido) para habilitação técnica, conforme recomendações de trabalhos sobre fardamento institucional (rop.emnuvens.com.br);

13.1.4. Dividir objeto em lotes e estabelecer critérios de adjudicação por item com estudos sobre SRP e fardamento indicam que lotes por região/tipo de peça aumentam a competitividade e reduzem risco de monopólio local (rop.emnuvens.com.br);

13.1.5. Incluir prova piloto (lote piloto) como condição para fornecimento em larga escala como com a pré-produção de lote reduz risco de retrabalho e permite adequação estética/histórica antes da produção em série (sugerido em estudos de implementação de novos modelos de fardamento) (rop.emnuvens.com.br);

13.1.6. Adoção de critérios de desenho centrado no usuário (user-centered design) para conforto e usabilidade envolvendo representantes de policiais em testes de protótipo/encaixe, especialmente relevante para evitar problemas ergonômicos e de saúde documentados na literatura (dl.designresearchsociety.org);

13.1.7. Avaliar impacto simbólico e identitário das escolhas (cor, insígnias) com estudos sobre percepções públicas/organizacionais recomendam avaliação prévia do efeito visual do uniforme em cerimônias e atuação pública; isso deve orientar especificações de “fidedignidade histórica” (Taylor & Francis Online);

## **13.2. Fase 2 — Condução do pregão eletrônico e formalização da ARP**

13.2.1. Exigir atestado técnico e portfólio com fotos de lotes entregues com evidências de entregas anteriores e qualidade consolidada reduzem risco de fornecedores inexperientes; estudos de caso de fardamento apontam eficácia desse requisito. (rop.emnuvens.com.br);

13.2.2. Solicitar amostras para ensaios laboratoriais e uso em julgamento técnico com a classificação técnica, apenas para propostas cujas amostras superem critérios mínimos, antes de considerar preço (técnica + preço ou habilitação técnica prévia) ( rop.emnuvens.com.br);

13.2.3. Incluir cláusula de lote piloto como condição suspensiva para início da produção com o aceite do lote piloto deve ser documentado com parecer técnico para liberar produção e entregas subsequentes (rop.emnuvens.com.br);

13.2.4. Prever mecanismos contratuais de garantia da fidedignidade histórica com a especificação de elementos obrigatórios (braçadeira, badges, tonalidades Pantone) e procedimentos de reprovação caso divergências comprometam a identidade histórica do fardamento. Estudos sobre fardamento histórico ressaltam essa necessidade (revista.pm.rn.gov.br);

### **13.3. Fase 3 — Gestão contratual, fiscalização e controle de qualidade**

13.3.1. Designar fiscais técnicos com formação e checklists padronizados para realizar pesquisas sobre fiscalização contratual enfatizam que fiscais treinados e checklists objetivos aumentam a conformidade e reduzem disputas. Prepare formulário de aceitação por lote (itens testados + resultado) (eScholarship);

13.3.2. Procedimento de recepção e aceitação por amostra de referência: aceitar entregas apenas após verificação em relação à amostra-padrão homologada; documentar rejeições e ordens de substituição. Estudos de implementação de fardamento recomendam esse controle para manter padronização (rop.emnuvens.com.br);

13.3.3. Monitoramento ergonômico e de saúde ocupacional com o acompanhamento das reclamações/feedback de policiais quanto ao ajuste, conforto e problemas de saúde relacionados ao fardamento; incorporar dados ao controle contratual (substituições ou ajustes). Pesquisas de saúde/ergonomia com fardamento mostram impacto direto na segurança e bem-estar. (crestresearch.ac.uk);

13.3.4. Estabelecer rotina de relatórios de desempenho do fornecedor (KPIs) com a entregas no prazo, % de rejeições, tempo médio para substituição, conformidade com laudo técnico; literatura sobre contratos públicos recomenda KPIs para gestão eficaz (eScholarship);

13.3.5. Cláusulas claras de sanção e reexecução com a previsão de obrigações de substituição/retorno, multas por atraso e responsabilidade por não conformidade técnica, além de estudos sobre compras públicas mostram que cláusulas bem definidas reduzem litígios (eScholarship);

13.3.6. Mecanismo de feedback contínuo com usuários finais, com a criação de canais formais (surveys, grupos focais) para recolher percepção dos policiais sobre durabilidade, conforto e aparência; use esses dados em aditivos ou novos projetos. Estudos de design participativo e avaliação de uniformes recomendam esse ciclo (dl.designresearchsociety.org);

13.3.7. Registrar lições aprendidas e avaliar economias/eficiência ao final da vigência da ARP com as avaliações pós-contrato (auditoria técnica e relatório de desempenho) que permitem calibrar próximas especificações e dimensionamento. A literatura sobre SRP sublinha a importância da avaliação final. (rop.emnuvens.com.br);

### **13.4. Fase 4 — Sustentabilidade, inovação e atualização contínua**

13.4.1. Incluir cláusulas que permitam a incorporação de inovações tecnológicas (tecidos com maior durabilidade, revestimentos, proteção antivírus /antibacteriano) mediante avaliação técnica, sem descaracterizar o aspecto histórico. Artigos sobre tendências de uniformes defendem prever inovação contratual (Police1);

13.4.2. Planejar revisões periódicas das especificações com base em evidências de uso e novas pesquisas, alinhando o prazo de vigência da ARP com ciclos de revisão técnica para incorporar melhorias ergonômicas. Estudos sobre renovação de fardas recomendam revisões baseadas em dados (revista.pm.rn.gov.br);

### **13.5. Cinco pontos mais “load-bearing” (declarações-chaves):**

13.5.1. Amostras físicas e ensaios laboratoriais como filtro técnico são cruciais, pois reduzem rejeições e garantem fidedignidade do fardamento (rop.emnuvens.com.br);

13.5.2. Envolver usuários finais (policiais) no desenho e testes melhora ajuste, conforto e aceitabilidade reduz problemas de saúde e substituições (dl.designresearchsociety.org);

13.5.3. Divisão em lotes e cadastro-reserva amplia competição e reduz risco de dependência de único fornecedor comprovado em estudos sobre fornecimento de fardamento (Journal PPC);

13.5.4. Fiscalização técnica com checklists e fiscais treinados aumenta conformidade contratual, denotado que os estudos sobre gestão contratual mostram ganhos de eficiência (eScholarship);

13.5.6. Avaliação pós-contrato e registro de lições aprendidas são essenciais para melhorar futuros editais, pois os sistemas de registros de preços e pesquisas de caso indicam que muitas falhas se repetem por falta de avaliação (rop.emnuvens.com.br).

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A produção de roupas causa impactos ambientais significativos, como a alta emissão de gases do efeito estufa (Dióxido de Carbono), o consumo excessivo de água, a poluição de rios e oceanos por produtos químicos e microplásticos, a contaminação do solo e a geração de resíduos têxteis. O modelo de fast fashion agrava esses problemas pela rápida substituição de coleções e produção em massa.

## 14.2. Principais impactos ambientais:

14.2.1. Emissões de gases de efeito estufa: A indústria da moda é responsável por cerca de 8% das emissões globais de gases do efeito estufa, com a produção de roupas emitindo mais dióxido de carbono que os setores de aviação e navegação combinados, segundo o Santander;

14.2.2. Consumo de água: A produção de um quilo de algodão pode consumir até 200 litros de água. O setor consome cerca de 20% da água utilizada no planeta;

14.2.3. Poluição da água: O tingimento e o acabamento dos tecidos poluem os corpos d'água com produtos químicos. A lavagem de roupas sintéticas, como o poliéster, libera cerca de 700 mil fibras de microplásticos por lavagem, que acabam nos oceanos;

14.2.4. Poluição por microplásticos: Meio milhão de toneladas de microplásticos de tecidos sintéticos são lançados nos oceanos todos os anos. Estudos indicam que 73% dos microplásticos encontrados no Ártico são fibras de poliéster;

14.2.5. Uso de pesticidas e fertilizantes: O cultivo de algodão exige o uso de grandes quantidades de pesticidas e fertilizantes, que contaminam o solo e a água;

14.2.6. Geração de resíduos: O modelo de consumo rápido da fast fashion gera um volume gigantesco de resíduos têxteis descartáveis que sobrecarregam aterros sanitários;

## 14.3. Alternativas para reduzir o impacto:

14.3.1. Consumo consciente: Comprar menos peças, escolher roupas de maior qualidade e durabilidade, e dar preferência a marcas com práticas mais sustentáveis.;

14.3.2. Cuidados com as peças: Seguir as instruções de lavagem para aumentar a durabilidade e reduzir a frequência de lavagens e o descarte;

14.3.3. Reparo e reutilização: Consertar roupas danificadas em vez de descartá-las imediatamente;

14.3.4. Materiais sustentáveis: Optar por tecidos de fibras naturais renováveis, mas é importante pesquisar a origem e o processo de fabricação, já que até mesmo tecidos naturais têm impactos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação é viável, de acordo com a previsão no PARO (Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários), c/c a disponibilidade de recursos nas LOAs (Leis Orçamentárias Anuais), e previsão no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANITA BRAGA SALVIONE LENGENFELDER**

Cap PM Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



*Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 12:47:11.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 1 - ETP.pdf (322.03 KB)

**ANEXO 1**  
**Fotos ilustrativos do uniforme:**

















## ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO

## Contrato 5/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	180172-ESP-REGIMENTO DE POLICIA MONTADA 9 DE JULHO	RENATO FERREIRA DOS SANTOS	20/02/2026 16:33 (v 0.2)
Status	RASCUNHO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057004923192025-42

## Uniforme modelo F-3

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”  
(Processo Administrativo nº057.00492319/2025-42)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO ENTRE O(A) Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Regimento de Polícia Montada “9 de Julho”, , com sede no(a) Rua Jorge Miranda, 238 – Bairro da Luz, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 041985140042-22, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado (a) pelo(a) [Portaria/\_\_\_\_\_] nº ....., de .... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de .... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional\_\_\_\_\_ nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../...OU da Concorrência Eletrônica nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de uniformes especiais do modelo F-3 do R-5-PM, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Túnica Azul F-3, tamanho entre 38 e 56	5464374	1 - Unidade	75		
2	Túnica Branca F3, tamanho entre 38 e 56	6228755	1 - Unidade	75		
3	Culote encarnado, F-3, tamanho entre 38 e 56	5900549	1 - Unidade	150		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será conforme o acionamento da ata de registro de preços através de nota de empenho do objeto]

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um ano), contados da publicação no portal nacional de compras públicas, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período desde comprovada a vantajosidade à administração pública, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual..

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de XX (XXX) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.13. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.16. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;.
- 9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.
- 9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.
10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)
- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução..]
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - ii. Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - iv. Multa:
1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
  2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
  - i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
  3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
  4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
  5. Para infração descrita na alínea “b” do item 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
  6. Para infrações descritas na alínea “d” do item 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;
  7. Para a infração descrita na alínea “a” do item 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.



- iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
- 12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.
- 12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:
- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 12.2.3. Indenizações e multas.
- 12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
- 13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:
- I. Gestão/Unidade:
  - II. Fonte de Recursos:
  - III. Programa de Trabalho:
  - IV. Elemento de Despesa:
  - V. Plano Interno:
  - VI. Nota de Empenho:
- 13.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas. [Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO  
TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

1. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

PLANILHA DE PROPOSTAS - UNIFORME ESPECIAL MODELO F-3		
ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	R\$	R\$
2	R\$	R\$
3	R\$	R\$

NOME DA EMPRESA:
CNPJ:
TELEFONE:
E-MAIL:
ENDEREÇO:
VALIDADE DA PROPOSTA:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:
---------------------------------

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante: a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data). \_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)